

Vai para o Plenário projeto que uniformiza ICMS de importados

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de resolução do Senado que busca acabar com a chamada guerra dos portos. **4 e 5**



Na Comissão de Assuntos Econômicos, senadores aprovam o projeto que unifica o ICMS de importados: texto avançou contra a vontade de estados como Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo

Gerardo Muga/Agência Senado

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.640 – Brasília, quarta-feira, 18 de abril de 2012



CPI do Cachoeira a um passo de ser instalada no Congresso

Foi protocolado ontem por líderes partidários no Senado e na Câmara o pedido de abertura da comissão parlamentar mista de inquérito que deverá investigar as relações de Carlinhos Cachoeira com parlamentares e outros agentes públicos e privados. Instalação pode ocorrer amanhã

Líderes partidários no Senado e na Câmara protocolaram na noite de ontem na Secretaria-Geral da Mesa do Senado o pedido de abertura da chamada CPI do Cachoeira. Foram

recolhidas 330 assinaturas de deputados e 67 de senadores, quando eram exigidas 171 na Câmara e 27 no Senado (um terço de cada Casa). A expectativa da oposição é de que o requerimento

seja lido em sessão do Congresso amanhã, o que oficializaria o início dos trabalhos. Depois de notícias sobre recuo do governo, os senadores da base mantiveram suas assinaturas. **3**

Rosewell Pinheiro/ABR



Destruição de armas em Brasília: 58% dos entrevistados aprovam a proibição do porte de armas para os cidadãos, resultado inverso ao do referendo de 2005

DataSenado: 38% já foram vítimas de violência

Pesquisa nacional realizada em março pelo DataSenado revela que 38% dos entrevistados já foram vítimas de violência ou crime. Desses, 32% declararam não ter ido à delegacia para registrar ocorrência. O levantamento reflete a insegurança vivida pela população no dia a dia e também mostra o incômodo com a impunidade. **2**

Conselho pede ao Supremo dados sobre Demóstenes 3

Pilotos fazem apelo por uma política para a aviação geral 6

José Sarney entra em licença médica por duas semanas 8

Ex-bancários do BB querem ser readmitidos

Em audiência pública no Senado, ex-funcionários do Banco do Brasil disseram que foram

coagidos a participar de programas de demissão voluntária (PDVs) nos anos 1990. **7**

José Cruz/Agência Senado



No debate presidido por Paulo Paim (2º à dir.), ex-soldados também pediram reingresso na FAB



Marco Antônio Almeida, Edison Lobão e Rodrigo Rollemberg: anunciado plano de contingência

País prepara ação contra vazamento de óleo

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que nesta sexta-feira ficará pronto o Plano

Nacional de Contingência, para responder a vazamentos de petróleo de grandes proporções. **8**

Márcia Kallume/Agência Senado



Policiais e bombeiros do DF durante operação tartaruga: descrença na polícia também aparece nas entrevistas

Violência já atingiu 38% dos brasileiros, revela pesquisa

Levantamento realizado em março pelo DataSenado, com mais de 1.200 entrevistados de 119 municípios, também indica que população quer mais rigor nas penas e menos desigualdade social

PESQUISA NACIONAL SOBRE a segurança pública no Brasil, realizada em março pelo DataSenado, revela que 38% dos entrevistados já foram vítimas de violência ou crime. O levantamento reflete a insegurança vivida pela população no dia a dia e também mostra o incômodo com a impunidade (leia matérias abaixo e ao lado).

Segundo o DataSenado, ligado à Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), o número de pessoas que afirmaram ter sido alcançadas pela violência é maior que o das estatísticas oficiais porque há um sub-registro dos casos. Dos que se disseram vítimas de crime ou ato violento, 32% afirmaram que não procuraram uma delegacia para fazer o boletim de ocorrência.

Em 38% dos casos, o

principal motivo para não fazer o registro foi a descrença de que a polícia resolveria o problema. O medo do agressor e a falta de provas motivaram, respectivamente, 13% e 12%.

Na opinião dos entrevistados, o enfrentamento da criminalidade deve passar pela redução das desigualdades sociais, melhorando a educação (39%) e diminuindo a pobreza (12%). Também se destacou a necessidade de aumentar o rigor das penas (23%), de investir na polícia (12%) e de combater a impunidade (11%).

A pesquisa indicou ainda que 58% concordam com a proibição do porte de armas para os cidadãos. Para o DataSenado, o número revela uma mudança na opinião pública sobre o tema. Isso

porque, no referendo nacional sobre comercialização de armas de fogo, realizado em 2005, 63,94% dos brasileiros em idade de votar optaram por permitir o comércio de armas de fogo no país.

Conflito armado

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil registrou mais de 1 milhão de homicídios. Da década de 1980 até o final de 2010, foram mais de 35 mil homicídios por ano — média superior à de diversos conflitos armados.

A guerra civil de Angola, por exemplo, atingiu média anual de 20 mil mortos. O conflito no Iraque, entre 2004 e 2007, matou 19 mil pessoas por ano. Nos dois casos, os números perdem para a violência urbana no Brasil.

Pena mais dura para menor tem defesa de 87%

A população quer mais rigor no tratamento daqueles que infringem a lei. Como exemplo disso, 87% dos entrevistados concordaram que menores de idade infratores recebam punições iguais às de adultos. No Brasil, a maioria penal se dá aos 18 anos e, hoje, menores de idade são submetidos a um regime penal diferenciado.

Alguns benefícios concedidos aos presos pela legislação também foram questionados na pesquisa do DataSenado. Foi o caso dos indultos (os chamados saidões), aos quais quase 70% dos entrevistados se opuseram.

A possibilidade de cumprimento de pena em regime aberto também foi contestada: 70% discordam que presos com bom comportamento passem o dia fora da prisão.

A oposição aos benefícios é maior quando o preso em

questão foi condenado por crime hediondo. Nesses casos, o regime aberto (mesmo condicionado ao bom comportamento) foi rejeitado por 88% da população, e os saidões, por 93%.

No que se refere às penalidades aplicadas aos criminosos, 73% querem o aumento da

pena de prisão para o homicídio doloso, que atualmente pode variar de 6 a 20 anos.

Quanto aos homicídios culposos (que ocorrem sem a intenção de matar), 30% apoiam o aumento da pena e 55% querem que ela permaneça como hoje, de 1 a 3 anos.

Segurança pública no Brasil



Fonte: DataSenado

População quer maior rigor contra crimes de trânsito

A pesquisa do DataSenado mostrou que o brasileiro quer mais punição para a violência no trânsito. Entre os entrevistados, 96% defenderam que o motorista flagrado bêbado deve ter a carteira suspensa imediatamente.

Sobre as mortes no trânsito, 82% declararam que, se o motorista estiver alcoolizado ou for apanhado dirigindo em alta veloci-

dade, é porque teve, sim, intenção de matar.

Metodologia

De abrangência nacional, a pesquisa foi realizada entre 19 e 28 de março. Entrevistou 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Adicional de tarifa aeroportuária

14h Dois projetos de lei de conversão estão trancando a pauta da sessão plenária. Entre eles, o PLV 8/12, proveniente da MP 551/11, que reduz adicional de tarifa aeroportuária.

CCT Lei Rouanet para rádios comunitárias

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que permite às rádios comunitárias receberem recursos previstos na Lei Rouanet, de incentivo à cultura. Também na pauta requerimentos de audiências públicas e projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.

CAS Motorista e cobrador de ônibus

9h Entre outras matérias da pauta, a Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto que trata da regulamentação das atividades de motorista e de cobrador de transportes coletivos urbanos. Outro projeto concede ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência.

Belo Monte Audiência com diretor de consórcio

10h Audiência pública na subcomissão temporária que acompanha a execução das obras da Usina de Belo Monte, com a participação do diretor socioambiental do Consórcio Norte Energia, Antônio Raimundo Coimbra.

CCJ Escolha de candidatos a presidente

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que disciplina o processo de eleições primárias para a escolha de candidatos a presidente da República. Também na pauta projeto que institui imunidade tributária para os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e (ou) obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham. Às 14h30, os senadores sabatinam Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado pela Presidência da República para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

CE Autonomia de universidades públicas

10h A autonomia das universidades públicas é tema de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Está convidado, entre outros, o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, João Carlos Gomes.

Clima Plano de trabalho

14h A Comissão Mista de Mudanças Climáticas reúne-se para deliberar sobre o plano de trabalho do colegiado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pedido de abertura da CPI foi protocolado na noite de ontem por líderes partidários do Senado e da Câmara. Agora só falta a leitura do requerimento em sessão do Congresso

CPI do Cachoeira pode ser instalada amanhã

PODE SER INSTALADA amanhã a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista — composta por deputados e senadores — para investigar o envolvimento de parlamentares e outros agentes públicos e privados com o contraventor Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal.

Os líderes partidários da Câmara e do Senado protocolaram na noite de ontem, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado, o pedido de abertura da CPI, com a assinatura de 330 deputados e 67 senadores. Era necessária a adesão de pelo menos 171 deputados e 27 senadores (um terço de cada uma das Casas).

A expectativa da oposição é de que o requerimento seja lido amanhã, em sessão do Congresso, o que oficializaria a

criação da CPI. Representantes da base governista não se manifestaram sobre esse prazo.

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), disse que o requerimento foi assinado pelos 13 senadores petistas e que nenhum integrante do bloco governista retirou assinatura do documento. A semana começou com notícias de que haveria um recuo da base em relação à abertura da CPI em função de pressões do governo.

— De forma muito tranquila, vamos continuar imbuídos desse esforço de cumprir as nossas funções — afirmou Pinheiro.

Com a entrega do pedido ontem, a instalação da CPI dependerá apenas da conferência das assinaturas e da leitura do requerimento em



Pinheiro lembra que os 13 senadores do PT assinaram requerimento da CPI

Plenário, a ser feita pela 1ª vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), já que o presidente, José Sarney, está internado em São Paulo.

Lido o requerimento, os partidos indicarão os membros da

comissão, que poderá, então, ser instalada.

PSDB

De acordo com Aécio Neves (PSDB-MG), as duas vagas que cabem ao PSDB — caso a comissão seja confirmada — deverão ser ocupadas pelos senadores Cássio Cunha Lima (PB) e Aloysio Nunes Ferreira (SP). As suplências serão oferecidas a dois senadores de outros partidos: Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— Queremos uma comissão abrangente e estamos oferecendo vagas que cabem ao PSDB na suplência a figuras que estão ficando fora da CPI, como os senadores Randolfe Rodrigues e Jarbas Vasconcelos, que não terá espaço

na cota do PMDB — afirmou Aécio.

Ele ainda cobrou dos governistas apoio à CPI.

— Àqueles que propuseram a CPI cabe a responsabilidade de mostrar ao país que querem fazê-la para investigar todas as relações indevidas ou criminosas durante todo o período.

O senador também aconselhou o governo a não tentar retirar a construtora Delta das investigações.

— Nós não podemos começar a CPI tirando ou incluindo de forma discricionária A ou B, sejam agentes públicos, sejam privados. O objeto é investigar todas as denúncias em torno das relações ilegais de um contraventor. A partir daí não pode haver limitações. (com Agência Câmara)

Taques pede a senadores que não desistam de CPI



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a instalação de CPI para investigar a ligação de parlamentares com o empresário de jogos ilegais Carlinhos Cachoeira.

Também apoiou a investigação das relações da Delta, uma das maiores construtoras do país, com o suposto esquema.

Taques disse que a imprensa divulgou que alguns senadores poderiam desistir de assinar o requerimento para a CPI:

— Isso não é correto! A sociedade brasileira não quer prejulgamentos, mas também não deseja que se tape o sol com a peneira.

Simon teme esvaziamento da investigação



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a demonstrar preocupação com a criação da CPI do Cachoeira,

que investigaria as relações do contraventor com Demóstenes Torres (sem partido-GO). As gravações ainda envolvem a construtora Delta, que tem contratos com governos estaduais e federal. Também aparecem nas investigações ligações com integrantes do alto escalão dos governos de Agnelo Queiroz (DF) e de Marconi Perillo (GO).

— As coisas mudaram. Ninguém parece muito interessado nessa CPI — disse Simon.

Ana Amélia critica tentativa de adiar criação de colegiado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) criticou o PT por tentar adiar a instalação da CPI mista que vai investigar

o caso Cachoeira. Para ela, a alegação de que o presidente José Sarney está ausente do Senado é apenas um pretexto para abafar a CPI.

— Tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores vai encontrar outros motivos para adiar a CPI mista. Não há como aceitar esse comportamento. Das 27 assinaturas necessárias aqui no Senado, até ontem [anteontem], 22 das coletadas eram de membros da base de apoio ao governo.

Para Mário Couto, PT e governo atrasam instalação



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mário Couto (PSDB-PA) disse que “o medo de que as investigações atinjam o governo” tem

levado o PT a atrasar a criação da CPI do Cachoeira.

— Como previ há dias, estão tentando esfriar a CPI — disse.

Segundo o senador, o PT inicialmente apoiou a comissão por ver nela “uma chance de investigar governos do PSDB”.

— Mas se arrependeu. Mal sabia que lá estava o governador do DF, Agnelo. Lá estava a Delta, a empreiteira trilionária que mais deu dinheiro para a campanha do PT na história e que ganha todas as licitações.

Mozarildo rebate críticas ao bicameralismo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou estudo da Consultoria Legislativa do Senado para rebater críticas ao bicameralismo no país.

Ele ressaltou que o Senado está presente no Brasil desde o século 19 e sempre prezou pela representação isonômica entre os estados da Federação.

Para ele, desvios atribuídos a parlamentares não podem contaminar a instituição.

— Uma coisa é existirem maus parlamentares. Outra é dizer que a instituição é ruim porque existem maus elementos dentro dela — ponderou.

Conselho de Ética quer acesso a conversas telefônicas de Demóstenes

O Conselho de Ética do Senado quer ter acesso ao conteúdo das interceptações telefônicas da Operação Monte Carlo. A informação foi dada por Humberto Costa (PT-PE), após reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

Humberto é relator do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética. Lewandowski é relator da ação que corre no STF sobre a Operação Monte Carlo.

O processo, que corre em segredo de Justiça, apura o envolvimento do empresário de jogos ilegais Carlinhos Cachoeira com parlamentares, inclusive Demóstenes.

De acordo com Humberto, o Conselho de Ética “não tem tanto interesse” no sigilo fiscal ou bancário, mas seria muito importante o acesso aos dados da quebra de sigilo telefônico de forma oficial, para construir um juízo sobre a possível

quebra de decoro por parte de Demóstenes.

— O que for apurado pelo Conselho de Ética também estará à disposição do Supremo.

O Conselho de Ética vai apresentar requerimento formal ao STF. Ele disse que mostrou

ao ministro a importância de o conselho ter acesso a dados sobre o inquérito. O principal argumento foi que, em outras situações, o STF liberou informações para processos disciplinares envolvendo senadores.

Segundo Humberto, uma recusa em dar acesso aos dados não comprometeria o trabalho do conselho, já que se trata de um julgamento político.

— Há elementos para se tomar um posicionamento sobre essa questão, independentemente desse acesso — disse.

Participaram da reunião o presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o corregedor do Senado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e Wellington Dias (PT-PI).



Lewandowski recebe Antonio Carlos Valadares, Humberto Costa e Vital do Rêgo

Rejeitado pedido para que ministros falem sobre acusações

A Comissão de Meio Ambiente rejeitou convites aos ministros Alexandre Padilha (Saúde), Aguinaldo Ribeiro (Cidades) e Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia), ao presidente da Caixa, Jorge Hereda, ao ex-assessor especial do Ministério da Saúde Edson Pereira de Oliveira e ao presidente do PT da Bahia, Jonas Paulo de Oliveira, para esclarecer denúncias de irregularidades. A iniciativa dos requerimentos foi de Alvaro Dias (PSDB-PR). De acordo com Jorge Viana (PT-AC), é prudente aguardar as apurações dos órgãos competentes.

Ideli lista textos prioritários para governo

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, reuniu-se ontem com os líderes da base governista no Senado para discutir os projetos prioritários na Casa. Um dos temas discutidos foi a proposta que unifica as alíquotas estaduais de ICMS para produtos importados, com o intuito de acabar com a guerra fiscal dos portos entre os estados. O texto acabou sendo aprovado ontem mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos (*veja matérias nesta página*). Além desse projeto, Ideli

listou como prioritárias três propostas de emenda à Constituição que tratam da repartição do imposto cobrado no comércio eletrônico (PECs 56, 103 e 113, todas de 2011), o projeto do novo indexador da dívida dos estados com a União (PLS 334/11), o texto que trata de crimes de lavagem de dinheiro (PLS 209/03) e o projeto da Lei Geral da Copa.

CPI

Havia a expectativa de que durante o encontro fosse discutido o requerimento

que circula entre deputados e senadores para a criação de uma CPI mista destinada a investigar ilícitos envolvendo o empresário de jogos ilegais Carlinhos Cachoeira e agentes públicos e privados. Ao sair da reunião, porém, o senador Gim Argello (PTB-DF) disse que o assunto não foi colocado à mesa.

Ao chegar para o café, o senador portava uma lista do bloco parlamentar formado por PTB, PR e PSC, do qual ele é o líder. Desde a semana passada, Gim afirma que já tem alguns nomes para integrar a CPI, entre eles, o do senador Fernando Collor (PTB-AL).

Questionada sobre um possível recuo por parte do governo quanto à instalação da CPI, Ideli disse que esse é um tema do Congresso Nacional.

— Não tenho qualquer informação sobre recuo. Estamos focados em fazer com que as votações continuem dentro da normalidade — disse a ministra.



Líderes participam de café da manhã no Senado com a ministra Ideli Salvatti

Comissões debaterão nova partilha do FPE

Os projetos que fixam nova distribuição do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) serão discutidos amanhã em audiência pública de três comissões do Senado, a de Assuntos Econômicos (CAE), a de Desenvolvimento Regional (CDR) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CC). Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF),

novos critérios precisam ser definidos até o final deste ano. Os critérios atuais estão ultrapassados. Conforme requerimento de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), devem ser convidados para a audiência o economista José Roberto Afonso, o ministro do STF Gilmar Mendes, o ministro aposentado do STF Nelson Jobim, o secretário do

Tesouro Nacional, Arno Augustin, e o presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Barbosa. Outro requerimento aprovado pela CDR, de Vital do Régo (PMDB-PB), solicita uma audiência pública, em data a ser definida, para debater a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal na Paraíba.

Capiberibe quer que nota fiscal enumere todos os impostos

João Capiberibe (PSB-AP) comunicou ontem, em Plenário, a apresentação de um projeto de lei (PLS 76/12), elaborado em conjunto com Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ângela Portela (PT-RR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que regulamenta o direito de os consumidores serem informados dos tributos que pagam na compra de um bem ou serviço. Os senadores sugerem a discriminação, nas notas fiscais, do valor dos seguintes tributos pagos: IPI, Imposto de Importação, Cide, ICMS e ISS. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Inácio Arruda pede mobilização social pela queda dos juros

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que organizações sociais façam campanha por uma redução mais drástica dos juros e do *spread* bancário. Ele cobrou atitudes do Congresso Nacional diante do “escândalo dos juros”. — Nada se compara à bagatela que vamos pagar neste ano. Serão mais de R\$ 250 bilhões, que exigem sacrifício do povo brasileiro. Isso sangra qualquer povo. Não há como sustentar esse tipo de política. Inácio Arruda acredita que a redução nos juros poderia ser mais acentuada diante de uma mobilização popular que unisse sindicatos e estudantes com o setor produtivo.

Para Gurgacz, ICMS da luz deve ser cobrado no estado produtor

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) quer corrigir distorção que ocorre na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para operações de energia elétrica. O imposto, nesse caso, é cobrado no estado de destino, o que, segundo o parlamentar, prejudica os estados onde estão instaladas as grandes usinas hidrelétricas, como Rondônia e Pará. Gurgacz explicou que a distorção começou na Constituição de 1988, que excluiu a energia elétrica e o petróleo da regra de partição mista do ICMS. Para mudar isso, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 124/11).



Wladimir Barreto/Agência Senado

Luiz de Paula/Agência Senado

Wladimir Barreto/Agência Senado



Senadores votam na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto que unifica as alíquotas estaduais do ICMS cobrado sobre produtos importados: texto agora depende da análise do Plenário

ICMS de importados com alíquota única de 4% segue para Plenário

Governadores pedem mais tempo para discutir regras de transição, mas projeto que visa acabar com a guerra dos portos é aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

APESAR DOS PROTESTOS de estados que se consideram prejudicados, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a unificação em 4% das alíquotas interestaduais do ICMS sobre importados, a partir de 1º de janeiro de 2013. A determinação consta do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que seguiu para exame do Plenário, em regime de urgência.

A discussão e a votação da proposta, que duraram mais de quatro horas, provocaram intenso debate. Os governadores de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, e o vice-governador de Goiás, José Eliton Figuerêdo, participaram da reunião e pediram regras de transição na implantação da proposta, que visa acabar com a guerra dos portos.

Os apelos sensibilizaram vários defensores do projeto e a possibilidade de um novo prazo para negociações ganhou força. No entanto, requerimento pedindo o adiamento da votação, para 8 de maio, foi derrotado por um voto: 12 senadores a favor e 13 contra.

A divisão acabou não prevalecendo na votação final, em que os senadores aprovaram por 20 votos a 6 o substitutivo do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), ao projeto original do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Cyro Miranda (PDSB-GO) reclamou do “tratoço” do governo na condução da proposta. Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que o governo não cedeu em nada que pudesse compensar as perdas dos estados afetados diretamente pela medida.

Já o relator da proposta, Eduardo Braga, afirmou que há um ano a matéria está em pauta e que o Senado já realizou várias audiências públicas sobre o tema. Além disso, acrescentou, os estados e o Distrito Federal terão todo o resto do ano de 2012 para se adaptar às novas regras.

Magno Malta (PR-ES) advertiu os integrantes da CAE que “a Federação estava sendo derrotada e a

Constituição, cuspidá”, com a votação da proposta. Malta declarou-se fora da base do governo e disse que o Senado estava deixando de ser a Casa da Federação.

Judicialização

Favorável à proposta, Aloysio Nunes (PSDB-SP) explicou que, pelo atual modelo de repartição do ICMS na origem e no destino, quando um estado concede um benefício fiscal, o faz em prejuízo de outro.

— Na verdade, o estado concede aquilo que não lhe pertence, o que é uma prática antifederativa grave — disse o senador.

Mesmo favorável à proposta,

Aloysio disse ter dúvidas sobre a eficácia para acabar com um “problema grave” do atual modelo, que é a judicialização do ICMS. Quando o estado de destino rejeita o crédito de ICMS concedido na origem dentro do esquema de concessão de incentivos, o assunto acaba indo para a Justiça.

Aloysio afirmou que a definição de “conteúdo de importação” nos produtos, para efeito de tributação, pode gerar muitas controvérsias, já que é atribuída ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), cujas decisões são tomadas por unanimidade pelos secretários de Fazenda estaduais.



Governadores e o senador Delcídio (4º à esq.) ouvem Eduardo Braga defender seu substitutivo, que foi aprovado por 20 votos a 6 na comissão

Senadores defendem implantação gradual, para adaptação dos estados

O gradualismo na aplicação das novas regras foi defendido por vários senadores. Luiz Henrique (PMDB-SC) citou proposta dos secretários de Fazenda das regiões Sul e Sudeste que previa redução gradativa, a fim de permitir a adaptação das contas estaduais.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou que o Senado estivesse votando uma proposta que opunha vitoriosos e derrotados. Ele criticou o que considerou “intransigência” do governo federal e disse que nada impedia um projeto alternativo. Já Armando Monteiro (PTB-PE) disse não ter dúvida de que o

interesse nacional reclama a imediata interrupção da guerra dos portos.

Jucá lembrou decisões do Supremo Tribunal Federal contrárias às concessões feitas pelos estados à margem do Confaz. Ele argumentou que o projeto foi aperfeiçoado no Senado e disse que estão em estudo medidas para minimizar o impacto das mudanças em alguns estados.

Ana Rita (PT-ES) advertiu que não é prudente construir um cenário de vitoriosos e derrotados. Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o tratamento dado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos governadores dos estados prejudicados.

Aécio afirma que projeto devia fazer parte da discussão do pacto federativo

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a matéria deveria estar sendo discutida no conjunto do pacto federativo, como as novas regras para distribuição do Fundo de Participação dos Estados, a renegociação das dívidas estaduais e a repartição dos *royalties* de recursos minerais — e não apenas do petróleo.

O senador defendeu emenda de sua autoria que previa compensação financeira aos estados até o sexto ano em vigor. Aécio acusou a presidente Dilma Rousseff de aplicar às avessas a lição “tancrediana” (relativa ao ex-presidente Tancredo Neves) de que é mais produtivo um

bom entendimento do que derrotar adversários. Ele disse que o “prazer mórbido” do governo de derrotar adversários agora se estende a governadores aliados.

Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina na reivindicação de um projeto negociado para as novas regras.

José Agripino (DEM-RN) disse que as importações que entram por esses três estados são majoritariamente de remédios e carros. Ele teme que a mudança beneficie segmentos como a indústria automobilística, dominada por empresas estrangeiras, em prejuízo dos três estados.

“Investimos e vamos ficar na mão”, diz Casildo



Wladimir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) lamentou a falta de diálogo, da parte do governo federal, na votação do projeto que altera a cobrança do ICMS sobre produtos importados.

O senador lamentou a derrota da proposta que pedia um prazo maior para discutir o assunto. Segundo ele, existiam “ideias extraordinárias” para compensar a perda que estados como Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás terão com a alteração. Ele lamentou a situação das empresas que investiram no estado e ainda terão de pagar empréstimos de longo prazo.

— Modernizamos cinco portos catarinenses. Melhoramos a logística para a importação e a exportação. Fez-se isso, mas, com essa decisão de hoje [ontem], unificando o ICMS, vamos voltar à concentração, vamos ficar na mão, no prejuízo.

Wellington: iniciativa polêmica, mas necessária



Wladimir Barreto/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) comemorou a aprovação da iniciativa na CAE.

— Foi um momento importantíssimo nesta Casa. Tratamos de temas que são necessários. Temas polêmicos, mas que são necessários — afirmou.

A polêmica a que ele se referiu se dá em razão das perdas de arrecadação em alguns estados. Wellington sugeriu que a compensação se dê com “investimentos estruturantes”, que garantam a ampliação da base econômica dos estados. Para ele, o controle das importações é necessário já que, em todo o mundo, os países estão adotando medidas para proteger a indústria e o mercado interno.

Lindbergh Farias condena “reforma tributária fatiada”



Wladimir Barreto/Agência Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a “reforma tributária fatiada” realizada pelo governo parece

cada vez mais não passar de uma maneira de “atacar estados de forma fatiada”. Ele citou a derrota do Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina na unificação do ICMS sobre importados e do Espírito Santo e Rio de Janeiro na redistribuição dos *royalties* do petróleo.

O senador afirmou que, no debate sobre os *royalties*, já defendia uma ampla discussão sobre o pacto federativo e lembrou haver muitos temas relacionados, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), a tributação do comércio eletrônico e a renegociação das dívidas dos estados.

Lindbergh condenou a votação, “no afogadilho”, da unificação do ICMS na CAE.

Para Ivo Cassol, guerra fiscal só beneficia importador



Luiz de Paula/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) exaltou a aprovação do PRS 72/10 ontem na CAE. Para ele, a guerra fiscal beneficia importadores de mercadorias da China ou Japão, mas prejudica o consumidor.

— Temos estados que estavam brigando para manter estes benefícios fiscais, dizendo que iriam ter perdas de receita com a aprovação do projeto. Na verdade, que recursos estariam perdendo se as receitas não eram deles? Não é justo que um estado, por exemplo, da região amazônica faça triangulação de notas fiscais para vender em São Paulo, no Paraná ou em Brasília — disse.

O senador defendeu uma ampla reforma tributária e convidou a classe política a refletir sobre formas de otimizar a aplicação de recursos públicos.

Vanessa apoia votação contra guerra dos portos



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação do projeto de resolução na CAE. Para ela, o fim da guerra dos portos deve reforçar a discussão do pacto federativo.

— O projeto de resolução não é o único ponto. Nós temos que trabalhar dívidas dos estados, temos que trabalhar Fundo de Participação dos Estados, temos que trabalhar uma série de projetos para ir mudando a fisionomia do pacto federativo.

Vanessa admitiu que a iniciativa aprovada prejudica alguns estados — em especial, Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina —, mas disse acreditar que o diálogo com o governo minimizará os efeitos negativos da medida.

Ela citou notícias sobre a queda na geração de empregos pelo setor industrial, o que obriga o Brasil a tomar medidas rápidas para evitar o agravamento da situação.

Malta afirma que gestão Dilma é insensível

Em discurso de protesto contra a aprovação do projeto que unificou a cobrança de ICMS de produtos importados, Magno Malta (PR-ES) criticou a presidente Dilma Rousseff, o ministro Guido Mantega e os senadores Delcídio do Amaral (PT-MS) e Armando Monteiro (PTB-PE).

— Reafirmo: estou fora da base desse governo. Reafirmo a insensibilidade da presidente Dilma, por quem fui para a rua ajudar a eleger. E um ministro frio, calculista, dono do Brasil. O cofre é desse cidadão, só ele sabe fazer conta, só ele sabe calcular as coisas.

Malta criticou Delcídio e Armando por compensações financeiras que foram dadas aos estados deles pelo governo federal.

Raupp elogia criação de comissão sobre pacto federativo



Luiz de Paula/Agência Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a criação, pelo presidente do Senado, José Sarney, de comissão para estudar o pacto federativo. Instalada quinta-feira, a comissão é presidida pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e formada por 14 especialistas, que terão 60 dias para sugerir mudanças.

Raupp destacou a pauta prioritária: indexador das dívidas dos estados, distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o sistema de cobrança do ICMS e partilha dos *royalties* do petróleo.

— Considero extremamente bem feita a escolha desses tópicos porque são assuntos de grande relevância. São assuntos controversos, que têm gerado muito atrito, com consequente prejuízo a todos os cidadãos — afirmou.

Em audiência ontem no Senado, George Sucupira criticou as “taxas absurdas” e a falta de estrutura dos aeroportos brasileiros

Representante de pilotos cobra política urgente para aviação geral

O BRASIL PRECISA urgentemente de uma política voltada para a aviação geral (aquela que não é operada por companhias aéreas ou pelas Forças Armadas), afirmou o presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (Appa), George de Araripe Sucupira. Durante audiência pública na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, ele disse que, no país, há uma cobrança de “taxas absurdas” do setor.

Segundo Sucupira, a categoria não tem mais tempo para projetos e intenções e

precisa de soluções. Ele também criticou a estrutura dos aeroportos, que muitas vezes não comportam o tráfego de aeronaves.

— Quando um piloto se aproxima do aeroporto, ele tem que saber onde vai parar. Nós ficamos quinze minutos no meio do pátio esperando, tal é o caos da nossa estrutura aeroportuária. Nós não temos problemas com a Copa do Mundo, temos problemas com o nosso dia a dia. Não conseguimos mais chegar ao aeroporto decentemente — afirmou.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), Ricardo Nogueira, explicou que o setor é responsável por formar recursos humanos para a aviação e tem o papel de integrar as terras brasileiras.

Desafios

A secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Clarice Bertoni, e o gerente-geral de Operações de Transportes Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Wagner William de

Souza Moraes, destacaram os desafios das duas instituições para os próximos anos. Entre eles, a melhoria da infraestrutura dos aeroportos, a formação de recursos humanos para sustentar o crescimento acelerado do fluxo de passageiros e a revisão do marco regulatório do setor.

Prevista para ontem, a eleição do vice-presidente da subcomissão, presidida por Vicentinho Alves (PR-TO), foi adiada para a próxima terça-feira. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Lia de Paula/Agência Senado

Para Dornelles, admiração por Bibi é compartilhada pelos brasileiros

Francisco Dornelles lembra os 90 anos da atriz Bibi Ferreira

Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou ontem, em discurso no Plenário, os 90 anos da atriz e cantora Abigail Izquierdo Ferreira, Bibi Ferreira. Nascida em junho de 1922, em Salvador, a também diretora teatral está em cartaz no Rio de Janeiro com o espetáculo *Bibi — histórias e canções*. Nas apresentações, ela conta passagens de seus mais de 70 anos de carreira no teatro e interpreta canções de grandes nomes da música popular brasileira.

— Verdadeira dama do cenário teatral brasileiro, não existe melhor exemplo nas artes cênicas de artista mais completa, mais talentosa, mais brilhante e mais diversificada nas suas habilidades cênicas do que Bibi Ferreira — afirmou.

Dornelles lembrou que Bibi, filha do ator Procópio Ferreira e da bailarina espanhola Aída Izquierdo, também é dona de companhia teatral e cantora lírica e popular.

— Procuo palavras que melhor possam dizer do nosso profundo agradecimento pelo prazer que Bibi Ferreira nos proporciona com a sua magia, com o seu talento, criatividade, magnetismo e com a sua radiosa presença no cenário artístico. E não acho melhor palavra para me expressar do que simplesmente dizer muito obrigado — concluiu Dornelles, dizendo ter certeza de compartilhar sua admiração com os brasileiros.



Kleber Lima/Agência Senado

“Não conseguimos mais chegar ao aeroporto decentemente”, alerta Sucupira (2º à dir.), em audiência pública com Moraes (E), Clarice, senador Flexa e Nogueira

Davim quer conselhos tutelares contra exploração sexual em todos os municípios

Paulo Davim (PV-RN) defendeu ontem a implantação de conselhos tutelares em todos os municípios brasileiros, como forma de combater a exploração sexual e fazer valer o Estatuto da Criança e



Davim cita pesquisa

casos para cada 100 mil habitantes. — Há a possibilidade de os dados serem subnotificados, dada a característica nefasta [do problema] — afirmou.

A pesquisa comprovou casos de exploração em 937 dos 5.565 municípios brasileiros. Davim explicou que outros estados têm mais pontos vulneráveis que o Rio Grande do Norte, mas os dados que colocam seu estado no topo da lista dizem respeito a denúncias feitas pelo Disque 100, da SDH.

Jayme propõe fundo de amparo às mulheres vítimas de violência doméstica

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou em Plenário ontem projeto de sua autoria que cria o Fundo Nacional de Amparo às Mulheres Agredidas. A ideia é dar ajuda financeira temporária



Jayme: assistência real

e treinamento profissional às mulheres que se separam por causa da violência doméstica.

— Trata-se de prestar a essas mulheres assistência efetiva, com auxílio financeiro e capacitação, de modo a garantir sua independência mediante a oferta de condições de renda e

segurança para sua adequada inserção no mercado de trabalho.

O senador argumentou que financiar um recomeço para as mulheres e seus filhos vai além do mero assistencialismo. Enfatizando a necessidade de estabelecer mecanismos que propiciem sustento e autonomia pelo trabalho, Jayme lembrou que o índice de violência doméstica chega a 28,9% nas grandes cidades e 36,9% no restante do Brasil.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Amorim saúda posse de Carlos Ayres Britto no STF

Ao saudar a posse do ministro Carlos Ayres Britto como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou a morte do jornalista e historiador Luiz Antonio Barreto, ambos naturais de Sergipe.

— Hoje é desses dias em que a vida cobra coragem para lidar com um sentimento de antagonismo: a posse na presidência do Supremo de Carlos Ayres Britto e o pesar pela perda do jornalista Luiz Antonio Barreto — declarou o senador, ontem.

Amorim fez uma retrospectiva da formação jurídica do novo presidente do STF, que, entre 2008 e 2010, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele desejou ao magis-



Leo de Paula/Agência Senado

Senador também lamentou a morte do historiador Luiz Antonio Barreto “o mesmo brilhantismo com o qual sua carreira e vida têm sido coroadas”.

Quanto a Luiz Antonio Barreto, estudioso dos problemas socioculturais do estado, o parlamentar afirmou que “estará sempre vivo por meio do legado deixado ao povo sergipano”.

Suplicy destaca inauguração de complexo educacional

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a inauguração do primeiro centro educacional unificado (CEU), em São Bernardo do Campo (SP), no sábado, com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e de Marta Suplicy (PT-SP).

A escola recebeu o nome de Regina Rocco Casa, em

homenagem à mãe da ex-primeira dama Marisa Letícia.

Suplicy elogiou a qualidade e a beleza arquitetônica do edifício, que pode atender mais de 5 mil alunos. Ele destacou o fato de o CEU estar em uma região carente do município. Segundo o senador, a obra custou R\$ 69 milhões, sendo que R\$ 30 milhões foram de investimentos do governo federal.

De acordo com Suplicy, o CEU é um complexo educacional, esportivo e cultural, aberto à comunidade até nos fins de semana. O projeto tem piscinas, bibliotecas e espaço para cinema e teatro. Segundo ele, a cidade vai receber mais três projetos do mesmo tipo até o fim de 2012.

— Parabéns ao prefeito Luiz Marinho — disse.



Waldemar Barreto/Agência Senado

Mais de 5 mil alunos serão atendidos, afirma Suplicy

Educação deve receber verba maior de fundo, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o aumento do percentual do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) que é repassado para investimento em educação. Ele comemorou a aprovação de substitutivo a projeto de sua autoria (PLS 351/04) pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, 20% dos recursos do Fust irão para escolas públicas e 10% para ciência e tecnologia. Atualmente, pelo menos 18% são destinados a escolas públicas. O projeto ainda irá a mais duas comissões da Câmara.

Segundo Paim, esse aumento servirá, por exemplo, para implementar o acesso à internet banda larga em muitas escolas por todo o país. Para ele, abre infinitas possibilidades para aperfeiçoar a educação.

— São absolutamente extraordinárias as possibilidades que as novas tecnologias de informação abrem, promovendo uma discussão profunda sobre a valorização da educação. Na medida em que alunos e professores passam, com base na força desse fundo, a ter acesso aos conteúdos disponíveis nessas redes, tem-se a oportunidade de elevar a qualidade do ensino — afirmou.

Em audiência pública ontem no Senado, funcionários do Banco do Brasil que deixaram a instituição nos anos 1990 afirmam que foram coagidos a participar de programas de demissão voluntária

Ex-bancários do BB querem ser readmitidos

MAIS DE 15 anos após deixarem o Banco do Brasil, 600 ex-empregados querem ser reintegrados.

Em audiência ontem no Senado, o presidente da Associação Nacional dos Demitidos do Banco do Brasil (Andebb), Marcelo Dantas, afirmou que, de modo geral, esses ex-empregados foram coagidos a aderir a programas de demissão voluntária (PDVs) ou induzidos a erro devido ao reduzido tempo para examinar as condições dos PDVs.

— Fomos enganados. Não sabíamos o que estava acontecendo nem as reais intenções do banco. Não houve tempo para isso. Nossa decisão foi tomada sob forte pressão psicológica e assédio moral exercido — afirmou Dantas.

A audiência foi realizada pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Dantas pediu aos senadores que entrem em contato com dirigentes do Banco do Brasil para rever as demissões feitas

sem justa causa dos empregados que se recusaram a aderir aos PDVs.

Segundo ele, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil já readmitiram empregados afastados em semelhante situação.

A expectativa por uma solução mais abrangente é dada por dois projetos de lei que tratam das reintegrações.

O primeiro (PLS 66/07), de Inácio Arruda (PCdoB-CE), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e já conta com parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O outro projeto (PL 512/07), que está na Câmara, é do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Excedentes

O PDV foi lançado em julho de 1995, com prazo de 11 dias para adesão, de acordo com Dantas. No entanto, pela morosidade com que as informações foram divulgadas, o prazo teria se limitado a uma semana.

O presidente da Andebb afirmou que foram sumariamente demitidos funcionários que constavam da lista de “excedentes” que não concordaram em ser transferidos para outras cidades.

— Onde está a livre e espontânea vontade do funcionário que o banco sempre alega quando é questionado?

O advogado dos ex-empregados, José Elenaldo Alves de Góis, informou que os afastamentos no Banco do Brasil por meio de PDVs prosseguiram até 1998. No total, foram 13.369 desligamentos, dos 15 mil idealizados pelo banco. Antes do plano, o BB contava com 105 mil empregados. Segundo ele, o banco vinha de sucessivos déficits, que chegaram a R\$ 1,7 bilhão em 1994.

— O banco entendeu que a solução era tirar o funcionário, quando o próprio Conselho Fiscal dizia que o empregado estava pagando por erros que não cometeu — disse Góis.

Um dos propositores da audiência foi Paulo Paim (PT-RS).



José Cruz/Agência Senado

Senador Paulo Paim (3º à dir.) coordena a audiência pública em que ex-bancários e ex-soldados pediram reintegração

Antigos soldados também pedem volta à FAB

Ao lado de ex-funcionários do Banco do Brasil, ex-soldados da Força Aérea Brasileira (FAB), desligados há cerca de dez anos, estiveram no Senado para pleitear seu reingresso.

Representantes do grupo relataram que foram admitidos por concurso e que o edital não previa que a atividade seria temporária.

De acordo com Luiz Carlos Ferreira, secretário da Associação Nacional de Ex-Soldados Especializados (Anese), a FAB argumentou, quando fez a demissão, que esses militares estariam prestando novamente o serviço militar inicial, o que permitiria o desligamento. Ferreira observou, no entanto, que isso não é verdade, já

que um dos pré-requisitos do concurso era justamente ser reservista. Oito mil soldados foram demitidos após seis anos de atividade.

— Ou seja, já estávamos quites com o serviço militar inicial — disse.

Fernando Luiz Faria, da Advocacia-Geral da União (AGU), disse que “infelizmente não há substrato jurídico” para a reintegração. Segundo Faria, o Estatuto dos Militares prevê estabilidade no emprego só após dez anos de serviço.

Ao recordar que o grupo foi aprovado em concurso e que não houve referência ao caráter temporário da atividade, Luiz Carlos Ferreira destacou a importância do edital.

O mesmo argumento foi apresentado por outro ex-soldado, Marcelo Lopes Costa, que é presidente da Comissão Nacional de Reintegração à Força Aérea (Conarfa).

— A lei do concurso é o edital — declarou.

Segundo a FAB, que não teve representantes na audiência, a informação sobre a temporariedade não precisava aparecer no edital, pois já está prevista no Estatuto dos Militares. No entanto, o secretário da Anese questionou a razão de outro edital, para o cargo de oficial, explicitar seu caráter temporário na mesma época em que o edital para soldado especializado foi anunciado, em 1998.

Vazamento na Bacia de Campos em área explorada pela Chevron, em novembro: segundo Lobão, governo aguarda resposta da empresa a relatório da ANP para tomar medidas cabíveis



Divulgação

Plano de ação para vazamento de petróleo ficará pronto nesta semana

Em audiência, ministro de Minas e Energia disse que, mesmo sem plano nacional, país está preparado para enfrentar acidentes

OS 14 MINISTÉRIOS envolvidos em ações de resposta a vazamentos de petróleo devem concluir nesta sexta-feira o Plano Nacional de Contingência (PNC).

A informação foi dada ontem pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente.

Concluído o texto, o PNC será enviado à Presidência da República e regulamentado por meio de decreto.

Segundo Lobão, o plano sistematiza padrões nacionais de procedimentos para acidentes de grandes proporções.

Ele disse, no entanto, que mesmo sem um plano em vigor, o país já dispõe de um conjunto de medidas para casos de vazamento, que foram adotadas, por exemplo, no acidente ocorrido no Campo do Frade, na Bacia de Campos.

— Estamos preparados para enfrentar todas as vicissitudes, que não desejamos que ocorram, mas que possam vir a ocorrer na expansão do pré-sal

ou de qualquer outro campo exploratório — afirmou.

O ministro explicou que existem no país três tipos de planos de combate à poluição por lançamento de óleo em águas.

O primeiro é o plano de emergência individual, exigido das empresas no licenciamento para instalação de plataformas, de sondas de perfuração e de refinarias.

De acordo com Lobão, os planos individuais são os que proporcionam resposta aos acidentes, com equipamentos e embarcações que estão nas proximidades das áreas do vazamento.

O segundo tipo é o plano de área, uma consolidação dos planos individuais das empresas que atuam em determinada área e “que tem por objetivo atender a acidentes de porte um pouco maior e que por tal razão não conseguem ser controlados apenas com o plano de emergência individual”, explicou Lobão.

Em terceiro lugar, vem o

Plano Nacional de Contingência, com medidas de resposta a acidentes de grandes proporções.

O PNC definirá parâmetros para configurar o tamanho do acidente, conforme o volume do vazamento e impactos potenciais nos recursos naturais, na saúde pública e na economia, além da sensibilidade ambiental da área afetada e a possibilidade de o vazamento alcançar países vizinhos.

Como exemplo, ele relatou que no acidente no Campo do Frade vazaram 2.400 barris de petróleo, em águas ultraprofundas, sem vítimas e sem que o óleo chegasse à costa. No vazamento no Golfo do México, por outro lado, 11 operários morreram e 4,9 milhões barris de petróleo vazaram, afetando praias e ecossistemas sensíveis.

Chevron

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o ministro quanto às ações para responsabilização da empresa Chevron

pelos vazamentos na Bacia de Campos.

Lobão explicou que o governo aguarda posicionamento da empresa quanto a relatório elaborado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o acidente. Após analisar eventuais contestações da empresa, serão adotadas as medidas cabíveis.

Questionado por Waldemir Moka (PMDB-MS) sobre medidas de prevenção de acidentes, o ministro disse que as plataformas em operação no país são sistematicamente fiscalizadas pela ANP, que ocasionalmente aplica punições, em geral pequenas, uma vez que falhas detectadas são menores.

Para reduzir os riscos de novos acidentes e garantir condições seguras de exploração na área do pré-sal, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC) apontaram a possibilidade de adoção de uma legislação mais rigorosa para empresas que exploram petróleo.

Avança projeto que cria Comenda do Mérito Ambiental

Poderá ser instituída no Poder Executivo federal a Comenda do Mérito Ambiental, homenagem a ser concedida anualmente a pessoas que tenham se destacado por ações em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

O projeto de lei que cria essa comenda (PLC 188/08) foi

aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e vai para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ao justificar seu projeto, o então deputado Bernardo Ariston argumenta que a legislação ambiental do país, apesar de ser avançada, não tem conseguido promover a prática da conservação.

Para Ariston, o governo deve, além de adotar mecanismos econômicos para incentivar a gestão ambiental, enaltecer o trabalho daqueles que promovem a preservação do meio ambiente.

Em seu voto favorável ao texto, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembra que o Brasil tem posição privilegiada

no cenário mundial devido à sua biodiversidade.

— É urgente formular novas políticas de preservação ambiental e dar consistência às já existentes, de maneira a fazer com que o Brasil consolide um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômico — disse a senadora.

Jorge Viana presta homenagem aos povos indígenas

Jorge Viana (PT-AC) apresentou dois requerimentos de votos de aplauso. Os homenageados são o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, pela proteção e defesa da vida e cultura dos povos indígenas, especialmente os isolados, e a Comissão Pró-Índio (CPI), pelo trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas. A apresentação dos requerimentos se dá em alusão ao Dia do Índio, comemorado amanhã, 19 de abril.

— Na Semana do Índio, é muito importante que façamos essa homenagem a todos os que dedicam sua vida à causa indígena.

Jorge Viana lembrou que 14% do território do Acre é ocupado por povos indígenas, e o estado é referência no assunto.

— Movimentos sociais como a CPI estabeleceram as bases de uma política que deveria ser incorporada à política para os povos indígenas no país.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Viana lembra que o Acre tem 14% do território ocupado por índios

Audiência discutirá exploração mineral na Amazônia

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará audiência pública para discutir a exploração de minérios na Amazônia. A iniciativa, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi aprovada ontem.

Para debater o tema, a senadora sugeriu que sejam convidados o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa; o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil, Manoel Barretto; o presidente do Ibama, Curt Trennepohl; e representantes do governo do Amazonas.

A CMA também aprovou requerimento de Kátia Abreu (PSD-TO) e Ivo Cassol (PP-RO) para, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizar audiência durante a Rio+20, em junho, sobre áreas de proteção mundial permanente e compromissos da Rio+20.

Em licença médica de 15 dias, Sarney permanece no Sírio-Libanês

O presidente do Senado, José Sarney, deve permanecer no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, até o fim desta semana, segundo previsão do cardiologista Roberto Kalil Filho.

Sarney terá licença de 15 dias e ficará em São Paulo até receber alta. O senador sentiu dores no peito na noite de sexta-feira e foi internado no sábado, no hospital paulista. Na madrugada de domingo,

foi submetido a cateterismo, seguido de angioplastia.

Ontem, por recomendação médica, as visitas foram restringidas. Além da família, apenas o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e

o deputado Gabriel Chalita (PMDB-SP) estiveram com Sarney.

Marta Suplicy (PT-SP), 1ª vice-presidente da Casa, responderá temporariamente pela Presidência.